



pensarRe Portugal

Casa de Mateus, 29 de Abril – 1 de Maio 2011

PAPEL DE PORTUGAL NA CONSTRUÇÃO DA NOVA ORDEM POLÍTICA E FINANCEIRA INTERNACIONAL, EM PARTICULAR NA UE

I

O tema quase poderia ser tomado, nas actuais circunstâncias e na perspectiva plausível do futuro próximo, como uma afirmação com razoável dose de ironia.

Mas é precisamente esta circunstancialidade que torna oportuna uma reflexão sobre o lugar e o papel de Portugal na ordem internacional.

Porque estamos desapontados com a dura realidade da nossa crise financeira, onde a dívida externa (pública e privada) tem uma dimensão crítica e de que as actuais gerações não têm memória (as crises cambiais de 78 e de 83 foram de uma escala muito diferente) repensar a nossa política externa pode ajudar a trazer luz sobre as forças que nos podem servir de alavanca e as fraquezas que teremos que mitigar ou sublimar.

O pragmatismo intrínseco às relações internacionais, apesar dos progressos jurídicos e éticos que se têm verificado nas últimas décadas, pode ser um pano de fundo para o nosso debate de hoje.

Como estamos numa casa carregada de história¹, tinha pensado fazer um percurso nos últimos 200 anos. O fim do *ancien régime* e a decisão então inédita da corte portuguesa ter, em Novembro de 1807, com Junot à frente dos exércitos napoleónicos, às portas de Lisboa, decidido embarcar rumo ao Brasil.

Sinal de uma constante da geopolítica portuguesa que é a tentativa permanente de equilíbrio entre a pressão continental (sobretudo de Espanha) e a compensação marítima que o Atlântico nos oferecia.

Nessa percepção contraditória entre o continente e o mar, entre a ameaça e a opção atlântica, esta foi claramente a mais forte e a que viria a perdurar, com outros condicionalismos e outras roupagens, até à democracia, até 74/75².

Se recordo tudo isto é porque há poucos dias, na jubilação de um dos nossos mais distintos constitucionalistas e um dos contribuintes autorais da nossa Constituição – o Prof. Jorge Miranda – este ter afirmado que gostaria de propor um referendo para perguntar aos portugueses se preferem continuar a ser o 27º estado da União Europeia ou tornar-se o 27º estado da República Federativa do Brasil.

Este sinal de desencanto em relação à Europa, que pode tornar-se pasto fácil de uma certa demagogia, não pode ser ignorado e pode pôr em causa o que até há pouco tempo era considerada quase unanimemente – em Portugal e na Europa – uma história de sucesso, a história da nossa integração europeia (pedido de adesão em 77, Tratado de 85 em simultâneo com os espanhóis, primeira presidência em 92, primeiro comboio do Euro, 99. Agenda de Lisboa 2000. Tratado de Lisboa) ...

---/---

¹ D. Luís António Souza Botelho Mourão (1765) foi o fundador da Capitania de São Paulo,

² A opção terceiro-mundista então ensaiada por alguns terá sido, ainda mais uma vez, um reflexo colorido da opção atlântica

II

Quais são os desafios actuais da política externa (ou da inserção internacional) de Portugal?

Pequena (ou média) potência periférica ou semi-periférica³ pertencente ao G-172 (por diferença do G-20 = 192 membros das Nações Unidas), e ao WEOG – Western European and Others Group – na terminologia da distribuição regional para a formação do Conselho de Segurança das Nações Unidas para onde – não o esqueçamos – Portugal foi eleito para o biénio 2011-2013, em competição com a Alemanha e o Canadá.

Prefiro falar de desafios antes de falar do papel/dos papéis ou das linhas estratégicas da nossa política externa.

Poderia enquadrar esta formulação na teoria da pluralidade de fronteiras que na(s) geometria(s) variável(eis) da mundialização se afirma metodologicamente muito atractiva

- fronteira geográfica: em processo de transparência
- fronteira de segurança: NATO e pilar europeu de defesa
- fronteira económica: EU, zona euro
- fronteira cultural: CPLP

Mas prefiro alinhar sete tópicos.

³ Também designado “País de articulação e de fronteira”

III

Desafios e prioridades da política externa portuguesa

1. A crise financeira de que os icebergs grego, irlandês e português são emergências da crise do euro, no quadro da crise económica e financeira internacional. Sem uma política económica comum – pelo menos para o espaço da zona monetária – as economias periféricas do processo de integração continuarão a ser mais vulneráveis, em especial quando os desequilíbrios das contas públicas ou dos sistemas bancários nacionais, as tornaram alvo dos veículos (o que se usa chamar “mercados) das zonas geradoras de poupança a nível internacional.

2. Crise institucional e política da EU

O Tratado de Lisboa, dolorosamente conseguido, é insuficiente para relançar o projecto europeu no contexto da crise económica global e dos desequilíbrios provocados pela emergência de novos actores económicos e políticos no actual sistema multipolar.

A lentidão da concretização da nova arquitectura institucional e a palidez das lideranças quer internas quer externas (como poderemos falar de acção externa da EU com a Baronesa Ashton como cabeça de cartaz?) não garantem à UE o seu lugar na cena internacional.

Portugal tem todo o interesse – um interesse acrescido pela crise doméstica – em estar presente e ter voz na construção europeia e nas geometrias variáveis – designadamente nas “cooperações reforçadas” que o Tratado permite. Tal como é vital para o nosso País a defesa da coesão e da solidariedade. Como consegui-lo?

3. A CPLP – quadro privilegiado das relações pós coloniais em que a língua portuguesa e uma cultura partilhada por oito estados têm um papel fundamental. Também um novo desafio ao cosmopolitismo da cultura portuguesa.

Com o “crescimento” económico, político e diplomático do Brasil, com Angola como potência económica regional, como manter uma posição de liderança e de influência no quadro da CPLP? Sobretudo quando as dificuldades económicas internas vão significar uma inevitável redução dos recursos disponíveis para a ajuda ao desenvolvimento, para a cooperação?

Será a exportação de capital humano o modo de mantermos uma presença visível e efectiva no âmbito da CPLP?

Ou a importação de recursos das diásporas?

4. Presença de Portugal nas missões de paz e humanitárias das Nações Unidas, da NATO e da EU, no quadro da segurança internacional.

5. Papel de Portugal no diálogo (na conflitualidade) Inter-étnico, inter-religioso e intercultural

Somos reconhecidos como país de interlocução e diálogo (eleição para o Conselho de Segurança e Alto Representante do Secretário Geral das Nações Unidas – ACNUR)

6. Relacionamento com Espanha

A integração nas Comunidades Europeias fez desvanecer séculos de desconfiança e poderia (quase) retirar-se dos tópicos de uma agenda externa.

Perante a abertura e a integração económica, o que resta de interesse nacional específico?

- Capacidade competitiva no campo económico, designadamente na captação de investimento exterior
- Influência no mundo latino-americano
- Mobilidade / acessibilidades – Transportes e energia
- Gestão das bacias hidrográficas comuns

7. Desafio dos valores, da dignidade

Se o pragmatismo, os interesses e a força são as componentes da política internacional, o *soft power*, os valores devem estar presentes no posicionamento internacional dos Estados Democráticos/Estados de Direito.

O caso de Timor é um exemplo de que a afirmação de princípios e de valores compensa.

Se soubermos enfrentar estes desafios no plano internacional estaremos a contribuir para o nosso futuro, uma comunidade internacional mais segura, mais pacífica e mais justa e para reganarmos uma dignidade colectiva que parece escapar-nos.

Emílio Rui Vilar

Mateus, Abril de 2011